



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade

MACAEPREV
Processo N° _____
Fls. N° _____
Rubrica _____

ATA Nº 35/2022 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 22/09/2022 - Ata de Reunião da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, realizada às dezessete horas do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e dois, na qual reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de nomeação nº 012/2021 do Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente), Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Carolina Veronezi Cavalcante Carneiro, Daniel Barros Valdez, Héli da Marcia da Costa Mendonça Damasceno, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.** Esta reunião está seguindo todos os protocolos de prevenção* ao Covid-19 conforme normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), reunião realizada de forma presencial, com espaçamento entre os membros, máscara e álcool em gel. **ABERTURA:** Aberta a reunião foi realizada a chamada pelo Presidente **Dr. Adilson Gusmão dos Santos** estando presentes todos os membros. Logo após, foi tratado os seguintes temas: **I – Processo Administrativo nº 310.060/2022 – Referente ao pagamento de cobranças de débitos do senhor Luís Almeida dos Santos. Tema II – Processo Administrativo nº 310.627/2022 – Referente à Solicitação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade, da servidora Jirlane do Amaral, matrícula 10795, cargo fisioterapeuta. INTRODUÇÃO:** Na condução da pauta, assumiu a palavra o presidente **Dr. Adilson Gusmão** que iniciou a reunião entrando em pauta o Tema I - Esclarecendo que o processo em tela foi encaminhado para esta Comissão para atendimento da solicitação de retorno ao item 1 na conclusão da Ata nº 20 de 26/05/2022. A comissão reexaminou o processo e todos os membros estão de acordo com a planilha apresentada pela Diretoria Financeira acostada em fls. 199 e 201. Após essa verificação todos os membros sugerem pela necessidade de encaminhar o processo para o setor de contratos, a fim de que seja elaborado o contrato de cobrança dos valores devidos de forma extrajudicial, visto que é o setor competente par tal. Que seja notificado o requerente extrajudicialmente através de AR, para como missiva ao devedor dando a ciência do valor apurado pela Diretoria Financeira conforme fl. 199 a 201, e a opção de eventual parcelamento com critérios estabelecidos pelo setor de contratos que



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade

MACAEPREV
Processo Nº _____
Fls. Nº _____
Rubrica _____

32 serão certificados junto aos autos. **Tema II** – Passando para a análise do processo da
33 servidora Jirlane do Amaral. Os membros após análise e debate destacam os seguintes
34 itens: 1) O membro **Carolina Benjamim** destacou que conforme acostado em fl. 10,
35 declaração de acúmulo devidamente assinada, na qual a servidora declarou acumular junto
36 ao Município de Macaé o cargo de massagista na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro,
37 inclusive anexando junto aos autos em fl. 11, a declaração da Prefeitura do Rio de Janeiro
38 no qual o seu conteúdo segue transcrito: *"Declaramos para devidos fins que forem*
39 *necessários que a servidora estatutária Jirlane do Amaral, massagista, matr. 10/218.775-5,*
40 *lotada na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desde 17/05/2002, com carga horária de*
41 *32,5 h semanais, exerce suas funções no CMS Clementino Franga 2º, 3º, 4º das 07 às 18 h.*
42 *e mais dois sábados por mês de 08 às 12h."* Destaca para a Comissão a necessidade de se
43 verificar se a carga horaria é compatível. 2) O membro **Hélida Marcia**, ressaltou que após
44 pesquisa, a profissão de massagista é regulamentada por lei. Compartilhando com os
45 demais membros a Lei nº 3968 de 05 de outubro de 1961, em anexo, conforme transcrito:
46 **"LEI Nº 3.968, DE 5 DE OUTUBRO DE 1961.** Dispõe sobre o exercício da profissão de
47 Massagista, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o
48 CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O exercício da
49 profissão de Massagista só é permitido a quem possua certificado de habilitação expedido e
50 registrado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina após aprovação, em exame,
51 perante o mesmo órgão. Art. 2º O massagista devidamente habilitado, poderá manter
52 gabinete em seu próprio nome, obedecidas as seguintes normas: 1 - a aplicação da
53 massagem dependerá de prescrição médica, registrada a receita em livro competente e
54 arquivada no gabinete; 2 - Somente em casos de urgência, em que não seja encontrado o
55 médico para a prescrição de que trata o item anterior, poderá ser esta dispensada; 3 - será,
56 somente, permitida a aplicação de massagem manual, sendo vedado o uso de aparelhagem
57 mecânica ou fisioterápica; 4 - a propaganda dependerá de prévia aprovação da
58 autoridade sanitária fiscalizadora. Art. 3º É terminantemente vedado aos enfermeiros
59 optometristas e ortopedistas a instalação de consultórios. Art. 4º A infração do disposto na
60 presente Lei é punível, sem prejuízo das penas criminais cabíveis na espécie: a) com o
61 fechamento do consultório e recolhimento do respectivo material ao depósito público, onde
62 será vendido, judicialmente, por iniciativa da autoridade competente; b) com a multa de Cr\$
63 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), conforme a natureza de

Wuoz

B

2

2

2

2



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade

MACAEPREV
Processo N° _____
Fls. N° _____
Rubrica _____

64 transgressão, a critério da autoridade atuante. Parágrafo único. A multa de que trata a
65 alínea b deste artigo será aplicada em dobro a cada nova infração. Art. 5º Os processos
66 criminais decorrentes da transgressão do disposto nesta Lei, serão instaurados pelas
67 autoridades competentes, mediante solicitação do órgão fiscalizador nas Justiças do Distrito
68 Federal, dos Estados e Territórios. Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua
69 publicação, revogadas as disposições em contrário." Destaca ainda que devemos observar o
70 Art. 1º que possui a seguinte redação: "**Art. 1º O exercício da profissão de Massagista só**
71 **é permitido a quem possua certificado de habilitação expedido e registrado pelo**
72 **Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina após aprovação, em exame, perante o**
73 **mesmo órgão". (grifo nosso) 3) O membro Carolina Veronezi, ressalta que deve se**
74 **observar se há certificado de habilitação expedido e registrado pelo Serviço Nacional de**
75 **Fiscalização da Medicina que é dado após exame, condição entendida como essencial para**
76 **exercer a função de massagista. 4) O membro Dr. Rodrigo Cavour ressalta primeiramente**
77 **que devemos observar se esta profissão de massagista se enquadra na área de saúde, isso**
78 **pode ser conferido através de pesquisa na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO). 5)**
79 **O membro Carolina Veronezi, consultou o site do CBO e ressaltou que a profissão de**
80 **massagista está descrita discriminada no código 5161-35. 6) O membro Priscila**
81 **Vasconcellos, ressaltou que quanto ao dito pelo membro Carolina Veronezi no item 3, é**
82 **preciso dizer que a tal habilitação deve ter sua data de expedição próximo a admissão da**
83 **requerente e não nos dias atuais. Ainda vale destacar que a regulamentação se deu pela a**
84 **Lei 3968/61, conforme o membro Hélida já ressaltou acima. A Lei 3968/61 com o objetivo de**
85 **regulamentar a profissão de massagista relaciona em alguns trechos a ligação com a área**
86 **de saúde conforme se destaca: "Art. 1º O exercício da profissão de Massagista só é**
87 **permitido a quem possua certificado de habilitação expedido e registrado pelo Serviço**
88 **Nacional de Fiscalização da Medicina após aprovação". E no trecho: "a aplicação da**
89 **massagem dependerá de prescrição médica, registrada a receita". Ressalta ainda, que em**
90 **busca de algum conselho regulamentador junto a profissão de massagista, obtivemos o**
91 **resultado referente ao Conselho Federal de autorregulamentação dos Massagistas do Brasil**
92 **através do Link: massoterapiabrasil.com.br, mas que não foi possível determinar se é o**
93 **órgão credenciado e reconhecido para representação, e que seria interessante solicitar essa**
94 **informação junto a servidora. 7) O membro Dr. Daniel Valdez, ressalta que o eventual**
95 **deferimento da acumulação de cargo declarada pela requerente importa em seu**

Veronezi

B

3



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade

MACAEPREV

Processo Nº _____

Fls. Nº _____

Rubrica

96 enquadramento no que apresenta o art. 37 XVI – “alínea c”, significa dizer que o requerente
97 deve demonstrar nos autos que cargo que pretende acumular, ou seja, de massagista, é
98 função realizada por profissional de saúde com profissão regulamentada. 8) O membro **Dr.**
99 **Tulio Barreto**, sugere que o processo fique sobrestado para diligência. Que o Diretor
100 Previdenciário solicite a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro junto ao setor de
101 Recursos Humanos, todas as informações, dados, certificados, habilitações, atribuições em
102 edital, para exercício do cargo e habilitação de classe. 9) O Presidente **Dr. Adilson**
103 **Gusmão**, ressalta ainda que seria de total relevância convocar a requerente e saber se a
104 mesma possui certificação de massagista e é registrada a algum conselho de classe como
105 massagista, e caso positivo que faça constar junto aos autos o certificado e o registro no
106 órgão. **CONCLUSÃO:** 1) Considerando todos os fatos acima expostos, bem como a
107 análise dos autos, após debates, por unanimidade os membros sugerem pelo
108 **SOBRESTAMENTO COM DILIGÊNCIA** ao pedido de aposentadoria por tempo de
109 contribuição e idade da servidora Jirlane do Amaral 2) Que o Diretor Previdenciário
110 encaminhe ofício ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura do Município do Rio de
111 Janeiro, para solicitar informações provenientes ao cargo de massagista, fazendo constar
112 cópia do Ofício aos autos; 3) Que seja dado ciência a servidora e que a mesma possa
113 diligenciar para anexar junto aos autos, cópias do certificado de massagista e registro ao
114 órgão de classe, se assim possuir; 4) Após retorne à esta comissão. Nada mais havendo,
115 às dezesseis horas e doze minutos foi dada como encerrada esta reunião, na qual eu,
116 Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei a presente Ata sendo assinada por
117 mim e pelos demais Membros presentes que estão de acordo com a presente.

118
119 **Adilson Gusmão dos Santos**

Hélida Marcia da Costa Mendonça Damasceno

120
121 **Carolina Quintino Teixeira Benjamin**

Priscila Rosemere B. de M. Vasconcellos

122
123 **Carolina Veronezi Cavalcante Carneiro**

Rodrigo de Oliveira Cavour

124
125 **Daniel Barros Valdez**

Túlio Marco Castro Barreto